

## **Argumento cético contra os argumentos ontológicos**

Sagid Salles Ferreira  
Universidade Federal de Ouro Preto

**Resumo:** Meu objetivo neste texto é apresentar uma resposta cética ao argumento ontológico tal como aparece em algumas de suas principais variações. O que todas essas variações têm em comum é tentar provar a existência de Deus *a priori*. Sustentarei que o sucesso de qualquer argumento desse tipo depende de dois pressupostos fundamentais, o primeiro é que existência é uma propriedade e o segundo que é uma perfeição. Mesmo aceitando que existência seja uma propriedade, recusarei que possamos saber se ela é uma perfeição e, portanto, que possamos saber se devemos atribuí-la a um ser perfeito. Serão trabalhadas quatro formulações diferentes desse argumento, começando por Anselmo, Descartes, e a formulação que Norman Malcolm acredita haver em Anselmo. Por fim, considerarei a versão de Alvin Plantinga, que defende o argumento ontológico sem sustentar que existência é uma perfeição. Sustentarei que seu argumento falha em provar que Deus existe, pois é inválido.

**Palavras-chave:** Anselmo. Argumento ontológico. Blackburn. Existência de Deus. Perfeição.

**Abstract:** This article aims at presenting a skeptical answer to the ontological argument as it appears in some of its variations. What all those variations have in common is to attempt at proving God's *a priori* existence. I will show that such variations to be successful need to fulfill two basic presuppositions: first, existence is property and, second, existence is perfection. Even if we accept that existence is a property, I will refuse the fact that we come to know it as perfection. Therefore, we will not be able to know if we should apply it to a perfect being. In this article, I will analyze the formulations made by Anselm, Descartes and Norman Malcolm's review of Anselm's argument. Finally, I will analyze Alvin Plantinga's version which defends the argument without maintaining it as existence. I will argue that his version fails to prove God's existence since it is invalid.

**Key Words:** Anselm. Ontological Argument. Blackburn. God's Existence. Perfection.

## **Introdução**

A pergunta “será que Deus existe?” provavelmente já ocorreu a grande parte das pessoas. É possível também que haja pessoas que nunca se fizeram tal pergunta e, ainda assim, acreditem em Deus. Dentre aqueles que acreditam, boa parte nunca ouviu falar do “argumento ontológico”, dentre aqueles que não acreditam, ocorre o mesmo. Podemos crer em Deus por uma questão de pura fé ou podemos crer porque pensamos ter razões para isso. Seja como for, parece que podemos ser ateístas pelos mesmos modos. Ou será que não? Imagine que alguém tentasse sustentar que é possível provar a existência de Deus recorrendo apenas a operações do pensamento, do mesmo modo que fazemos quando calculamos o resultado de 2+2 sem auxílio de calculadora ou qualquer outro meio do tipo. Agora imagine que essa pessoa acredite ser capaz de mostrar que a proposição “Deus não existe” é tão inaceitável quanto a proposição “o triângulo não tem três lados”. Se isso fosse possível, diríamos, então o ateu seria um tolo. A tarefa parece bastante complicada, mas é exatamente isso que Santo Anselmo, no século XI, acreditou ter feito.

O argumento de Anselmo se tornou muito influente, sendo defendido posteriormente pelo filósofo René Descartes em sua famosa “Meditações”<sup>1</sup> e contemporaneamente por filósofos como Alvin Plantinga (2000) e Norman Malcom (2003). Surgiram algumas variações importantes entre os argumentos defendidos por esses filósofos, sendo que quando falamos em argumento ontológico estamos nos referindo a uma família de argumentos e não a um único. O que todos eles têm em comum é o fato de tentarem estabelecer a existência de Deus sem recorrer à experiência alguma. Todos começam por propor um conceito de Deus e, em seguida, mostram que não podemos negar sua existência sem incorrer em contradição. Além disso, todas as formulações que são tratadas aqui, com exceção da de Plantinga, dependem de um

---

<sup>1</sup> Descartes, René. “Meditações”. In *Coleção Os Pensadores*. Tradução: J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural e Industrial. 1973.

pressuposto fundamental; todas elas precisam assumir que existência é uma perfeição. É justamente esse pressuposto que contestarei.

Este texto será dividido em três partes. Na primeira exponho as versões de Anselmo e Descartes do argumento ontológico. Sustentarei, com base nos argumentos de Simon Blackburn (2001), que ambos cometem o mesmo erro, tomar como óbvio que existência é uma perfeição. Na segunda, apresento duas posições contemporâneas. A primeira é de Norman Malcom, que defende que há uma segunda versão do argumento ontológico de Anselmo que é mais forte. Essa versão nega que existência seja uma perfeição, mas alega que existência necessária o é. Contra Malcom, sustento que não temos realmente razões para incluir existência necessária no conceito de um Deus perfeito. A segunda é a de Alvin Plantinga, que acredita ter uma versão do argumento ontológico que não precisa supor que existência ou mesmo existência necessária seja uma perfeição. Acredito que Plantinga nos faz assumir mais do que precisaríamos e só por isso seu argumento parece sólido. Por fim, na terceira parte concluo e menciono as consequências de minha tese para teístas e ateístas. Minha conclusão é que se dependermos do argumento ontológico, então não sabemos se Deus existe ou não. Portanto, será uma conclusão cética.

### **O Argumento Ontológico de Anselmo**

Quando falamos do Deus teísta, estamos falando daquela concepção defendida por religiões como cristianismo, judaísmo e islamismo, ou seja, estamos falando de um Deus que é onipotente, eterno, sumamente bom... Em suma, um Deus que é *perfeito*. Nas palavras de Anselmo, esse Deus é “o ser maior do que o qual nenhum ser é concebível” (2000, p. 311).<sup>2</sup> Há alguns pontos importantes a serem mencionados aqui. Em primeiro lugar, por “maior” Anselmo não se refere a algo parecido com altura ou grandeza física.

---

<sup>2</sup> Os seguintes textos são retirados de um guia e ontologia intitulado *Philosophy of Religion: a guide and anthology*. Oxford University Press: 2000. editado por Brian Davis. Textos: Canterbury, Anselmo. *Proslogion* (exertos). Tradução: M. Charlesworth pp.311-312 / Canterbury, Anselmo. “Reply to Gaunilo”. (exertos). Tradução: M. Charlesworth. pp. 318 – 326 / Marmoutiers, Gaunilo. *Pro Insipiente*. (exertos). Tradução: M. Charlesworth. pp. 313 – 317 / Plantinga, Alvin. “Defence of the Ontological Argument” pp.342-352 / A partir de agora, quando citar ano e página, me refiro a este guia e ontologia.

Essa expressão deve ser entendida como sinônimo de melhor, no mesmo sentido que costumamos considerar que quanto mais sábios e morais nos tornarmos, melhores somos. Em segundo, Anselmo acredita que para negarmos a existência de algo, devemos concebê-lo. Por exemplo, se nego que existem unicórnios, então estou assumindo que posso pelo menos pensar em unicórnios, ou seja, que eles existem em pensamento. A partir de agora, quando falar que uma coisa existe, estarei dizendo que ela existe na realidade, como por exemplo “eu”, “você” ou “maracanã”. Dizer que uma coisa não existe significará apenas que ela existe em pensamento, como os unicórnios.

Dentre as coisas existentes e inexistentes, há aquelas “contingentes” e aquelas “necessárias”. As contingentes são as que embora existam, poderiam não existir e as que embora não existam poderiam existir. Eu sou um exemplo do primeiro caso, porque embora eu exista, eu poderia não existir (imagine que meus pais não tivessem se conhecido, por exemplo). O filho que eu ainda não tenho é um exemplo do segundo, pois apesar de eu não ter filhos, posso muito bem vir a ter um. Aquelas coisas que existem e não poderiam não ter existido, são existentes necessários. Além disso, há coisas possíveis e impossíveis. Possíveis são aquelas que existem (eu e você por exemplo) ou que poderiam existir (meu filho). Impossíveis são aquelas que não existem e não poderiam existir, como um quadrado redondo. Devemos tomar cuidado para não confundir coisas possíveis com coisas contingentes. Um existente necessário é sempre possível, visto que aquilo que existe é também possível. Mas um existente necessário nunca é contingente, visto que o que existe necessariamente não poderia não existir. Por fim, por “aquele maior do que o qual nenhum ser é concebível” Anselmo quer dizer “aquele maior do que o qual nenhum é possível”. Ou seja, ele quer dizer que Deus, por definição, é tal que nem existe nem poderia existir um ser que fosse maior que ele.

Esclarecido esses conceitos, passemos finalmente ao argumento de Anselmo. Na introdução, eu mencionei que Anselmo pretendeu não apenas provar a existência de Deus, mas também mostrar que aceitar o ateísmo implica aceitar uma contradição. O método que ele utilizou para fazer isso chama-se redução ao absurdo e consiste basicamente em supor a negação da conclusão que você sustenta e mostrar que dela se

segue uma contradição, sendo, portanto, a sua conclusão verdadeira. Façamos o passo a passo. Uma vez que a conclusão sustentada por Anselmo é “Deus existe”, ele suporá a negação dessa conclusão. Portanto, teríamos:

(1) Deus não existe.

Lembremos que isso é equivalente a afirmar que Deus existe apenas em pensamento. Ora, uma vez que Deus existe em pensamento e não parece ser um objeto impossível tal como o quadrado redondo, podemos perfeitamente aceitar que ele é possível, ou seja, que ele poderia existir na realidade<sup>3</sup>. Assim chegamos a:

(2) Deus poderia existir (na realidade).

Agora, devemos nos perguntar o que é melhor, aquilo que existe ou aquilo que não existe? Imagine que Deus não exista; ele seria maior se existisse? Parece que sim, afinal, se dois seres são iguais em tudo, e diferem apenas no fato de que um existe e outro não existe, parece que aquele que existe seria, por isso mesmo, maior. Podemos expressar isso dizendo que “existência é uma perfeição”. Sendo que existência é uma perfeição e que assumimos anteriormente que Deus não existe e que poderia existir, somos obrigados a assumir que Deus poderia ter uma perfeição que ele não tem (nomeadamente a existência). Portanto, teríamos:

(3) Deus poderia ser maior do que é.

A pessoa mais desatenta pode estar se perguntando onde está, afinal, a contradição que o ateuista teria de alcançar se sustentasse que Deus não existe. No segundo parágrafo dessa parte mencionei que Anselmo definiu Deus como “o ser maior

---

<sup>3</sup> Por hora, concedo que Deus seja um ser possível, embora tenha quem conteste isso. Ver por exemplo: Grim, Patrick “Argumentos da impossibilidade” In: *Compêndio Cambridge de Ateísmo*. Tradução: Desidério Murcho, Lisboa: Edições 70. no prelo.

do que o qual nenhum é possível”, se substituirmos a palavra “Deus” em (3) por essa expressão, obtemos:

(4) O ser maior do que o qual nenhum outro é possível é tal que um ser maior é possível (nomeadamente, ele mesmo, se existisse).

Em resumo, começamos assumindo que Deus era “o ser maior do que o qual nenhum é possível”, em seguida percebemos que a alegação de que Deus não existe nos obriga a aceitar que Deus poderia ser maior do que é. Isto equivale a aceitar que é possível haver um ser (Deus, quando existe) que é maior do que o ser maior do que o qual nenhum é possível. Em outras palavras, ao mesmo tempo que eu aceito que Deus é o maior ser possível, eu aceito que é possível um ser maior que ele. Portanto, eu aceito que ele é e não é ao mesmo tempo o maior ser possível. Logo, da proposição “Deus não existe” segue-se uma contradição. Assim, Anselmo estabelece sua prova *a priori* da existência de Deus. Se a proposição “Deus não existe” é falsa, então sua negação é verdadeira. Assim, Deus existe.

### **O Argumento Ontológico de Descartes**

O argumento de Descartes na 5ª Meditação é bastante semelhante ao de Anselmo. Em primeiro lugar, ele também toma como óbvio que a existência é uma perfeição. Uma vez que Deus, por definição, é o ser perfeito e que a existência é uma perfeição, a perfeição torna-se parte da essência de Deus tanto quanto é parte da essência de um triângulo possuir três lados. Para ver como o argumento funciona, pense em um cavalo com asas. Agora retire-lhe as asas e responda à seguinte pergunta: deixou esse cavalo de ser um cavalo? Penso que não. Será que temos tanta liberdade de pensar que Deus não existe como temos de pensar em um cavalo sem asas? Descartes declara que:

...mas, não obstante, quando penso nisso com maior atenção, verifico claramente que a existência não pode ser separada da essência de Deus,

tanto quanto da essência de um triângulo retilíneo não pode ser separada a grandeza de seus três ângulos iguais a dois retos (...).<sup>4</sup>

Descartes acredita ser simplesmente impossível negar a existência de Deus. Se Deus é o ser perfeito e existência é uma perfeição, então quando negamos que Deus existe, não estamos falando de Deus, mas de um ser imperfeito que, por definição não pode ser Deus. Assim, Deus existe.

### Discutindo os Argumentos de Anselmo e Descartes

Até aqui tratei do argumento ontológico defendido por Anselmo e Descartes. Agora vejamos o que há de errado com eles. Em primeiro lugar, há muitos meios pelos quais podemos formular objeções ao argumento ontológico e a maior parte deles não será tratada neste texto. Duas objeções interessantes são aquelas feitas pelo monge Gaunilo (2003) e pelo filósofo alemão Immanuel Kant (CRP B 620, 623). A principal objeção de Gaunilo é que se o argumento de Anselmo for bom, então podemos usá-lo para provar a existência de um variado tipo de coisas que não estaríamos tão dispostos a aceitar. Eu poderia provar, por exemplo, que existe “a ilha perfeita melhor do que a qual nenhuma é possível”. Ora, se sustentamos que essa ilha não existe, então estaremos dizendo que ela não é a ilha perfeita, pois a ilha perfeita tem que possuir todas as perfeições referentes a uma ilha, e existência seria uma delas. Assim, quando negamos a existência dessa ilha, afirmamos que a ilha perfeita não é perfeita, o que é uma contradição. Portanto, a ilha existe.

Kant, por outro lado, recusa que *existência* seja uma propriedade que se aplica às coisas, assim como vermelho o é. O conceito de existência não deve ser confundido com conceitos como “vermelho” ou “alto” ou “magro”. Quando afirmo que Deus não é onipotente, estou recusando que ele tenha uma propriedade determinada, mas se digo que ele não existe estou recusando que ele possua qualquer propriedade que seja. Neste sentido, existência não seria uma propriedade, mas uma condição para algo possuir

---

<sup>4</sup> Descartes, René. “Meditações”. In Coleção *Os Pensadores*. Tradução: J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural e Industrial. 1973. § 7

propriedades. Lembremos que para considerar que existência é uma perfeição Anselmo e Descartes precisam considerar que ela seja uma propriedade, tal como “sabedoria” ou “força”.

Essas duas objeções, embora interessantes, não são definitivas. Quanto a objeção de Kant, não é certo que existência seja ou não uma propriedade de coisas. Há filósofos defendendo ambos os lados contemporaneamente<sup>5</sup>. Contra Gaunilo, o caminho seria mostrar que uma “ilha perfeita” é algo impossível, assim como o quadrado redondo. Não faz sentido falar de nada que seja limitado, como uma ilha, e que ao mesmo tempo seja perfeito. Seja como for, para os propósitos desse texto concedo ao teísta tanto que as objeções de Gaunilo não funcionam como que existência seja realmente uma propriedade. O que contestarei em seguida é apenas que aceitar que a existência é uma propriedade implica aceitar que ela seja uma perfeição.

Tanto o argumento ontológico de Anselmo como o de Descartes dependem explicitamente da consideração de que existência é uma perfeição. Para supor isso, supõe-se que podemos comparar Deus, quando não existe, com Deus, quando existe. O filósofo Simon Blackburn, em sua obra “Pense” (2001), sustenta que esse tipo de comparação envolve ambiguidades insuperáveis. São os argumentos dele que eu pretendo desenvolver para alcançar minha conclusão cética. Pensemos na seguinte proposição:

(5) Perus reais são mais pesados que os perus imaginários.

Por um lado essa proposição, alega Blackburn, parece verdadeira, afinal perus imaginários não tem peso (não podemos comê-los). Mas pensemos na proposição:

(6) Podemos imaginar um peru mais pesado que qualquer peru real.

---

<sup>5</sup> Um artigo interessante defendendo que existência é uma propriedade é: Chisholm, Roderick M. “Beyond Being and Nonbeing”. *Philosophical Studies* 24 (245-257).



Por outro, essa proposição também parece verdadeira, afinal eu posso muito bem pensar em um peru de 250 Kg, e não há perus reais que pesem tanto. O problema é que 5 e 6 são logicamente inconsistentes, ou seja, ambas não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo. Ambiguidades como essas surgem porque tentamos comparar um peru imaginário com um peru real, mas essa não é uma comparação que se possa fazer. Vejamos o seguinte exemplo dado por Blackburn:

É como se um professor pedisse a seus alunos que imaginassem um peru mais pesado que qualquer peru real. E os seus alunos assim faziam: imaginavam um peru de 250 Kg. Mas depois o professor queixa-se de que, uma vez que os perus imaginários pesam menos que os reais, os alunos não conseguiram imaginar aquilo que lhes foi pedido. O peru imaginado não tem peso (não podemos comê-lo), e assim os alunos <contradisseram a definição e> chumbam. E os alunos terão razão em se sentirem injustiçados. Não foram eles que erraram mas o professor.<sup>6</sup>

Mais uma vez, Blackburn acredita que foi o professor que errou porque ele (o professor), assim como Anselmo, tentou fazer comparações entre existentes e não existentes. Seria como se eu te perguntasse “qual o peru é mais pesado?” O peru real de dois Kg que você tem em sua mão ou o peru imaginário de 22 Kg no qual estou pensando?

Uma primeira objeção que o teísta poderia fazer é perguntar “por que a necessidade de comparação?”. Ele poderia alegar que para saber que existência é uma perfeição ele precisa apenas olhar para aquilo que existe, assim como para saber que um objeto branco é bonito precisamos apenas olhar para o objeto. Desse modo, não seria necessário comparar seres existentes com seres inexistentes para vermos que existir é bom.

No entanto, devemos lembrar que não basta o teísta alegar que “existir é bom” para que seu argumento funcione. Ele deve também mostrar que existência é melhor que não-existência. Ou seja, existir tornaria Deus melhor que não existir. Poderíamos supor, por exemplo, que tanto existência como inexistência sejam perfeições. Nesse caso, qual deles devemos atribuir ao conceito de Deus perfeito? O cerne do argumento teísta é

---

<sup>6</sup> Blackburn, Simon. “Deus” In: *Pense*: uma contagiante introdução à filosofia. Tradução: António Infante, António Paulo da Costa, Célia Teixeira, Desidério Murcho, Fátima St. Aubyn, Francisco Azevedo e Paulo Ruas. Lisboa: Gradiva, 2001 p. 166.

supor que existir é melhor que não existir e, obviamente, para sabermos que uma coisa é melhor que outra, temos de poder compará-las.<sup>7</sup>

É claro que nesse exemplo estamos comparando duas coisas diferentes, uma que existe e outra que não existe. Neste ponto, o teísta poderia argumentar que o argumento ontológico não envolve esse tipo de comparação. O que Anselmo e Descartes fazem é comparar Deus, quando não existe, consigo mesmo, quando existe. Não há a comparação entre dois seres diferentes, mas apenas perguntamos se o próprio Deus (quando suposto não existir) seria melhor do que ele mesmo (quando suposto existir). Em outras palavras, supondo que Deus não exista, perguntamos “ele seria melhor se existisse?”. Há pelo menos duas saídas contra essa objeção. A primeira é negar que nesse caso haja comparação de Deus consigo mesmo, e a segunda é afirmar que mesmo se assim fosse, o problema não estaria resolvido.

A primeira saída é a seguinte: se existência é uma propriedade, então temos que assumir que ela é uma propriedade essencial de tudo o que existe. A definição de propriedade essencial é “P é uma propriedade essencial de R se, e só se, P possui R em todos os mundos possíveis onde P existe”. Por *mundos possíveis*, entende-se que estamos falando do modo como as coisas podem ser (incluindo o passado e futuro). Neste contexto, se afirmo que em um mundo possível Lula não é o presidente do Brasil (em 2009), então estou afirmando que as coisas poderiam ser tais que o Lula não seria presidente. Por exemplo, ele poderia ter perdido as eleições.

Agora, voltemos à definição de propriedade essencial; se substituirmos “P” pela propriedade “existência” e “R” por “Deus” obtemos: “Existência é uma propriedade essencial de Deus se, e só se, Deus existe em todos os mundos possíveis onde ele existe”. Como é evidente que Deus existe em todos os mundos possíveis em que ele existe, é evidente que existência é uma propriedade essencial de Deus. Mas uma característica importante das propriedades essenciais é que “se P (no caso, existência) é uma propriedade essencial de R (no caso, Deus), então qualquer objeto idêntico a R deve

---

<sup>7</sup> Agradeço ao professor Desidério Murcho por ter sugerido, durante conversa, a necessidade de explicar por que o teísta depende dessa comparação entre existentes e inexistentes para que seu argumento funcione. De toda forma, acho que essa necessidade já fica bem clara quando o teísta pergunta “Deus, quando existe, seria melhor que Deus, quando não existe?”. A própria pergunta, acredito, já pressupõe a necessidade de comparação.

possuir P". Mais uma vez, se substituirmos "P" por existência e "R" por Deus, obtemos que nenhum ser que não possua existência pode ser idêntico a Deus, e como Deus tem que ser idêntico a si mesmo, quando falamos de Deus não existente não estamos falando de Deus (quando existe)<sup>8</sup>. Portanto, quando comparamos ambos estamos comparando seres diferentes, e o argumento de Blackburn volta a funcionar.

Contudo, há um modo mais fácil de escapar à objeção teísta. Poderíamos simplesmente perguntar "como é que conseguimos comparar Deus, quando não existe, consigo mesmo, quando existe, e saber que um é melhor que outro?". Mesmo aceitando que nesse caso estamos comparando Deus consigo mesmo, não temos razões para aceitar essa comparação. O teísta poderia responder alegando que Deus é maior quando existe porque nesse caso ele poderia efetuar sua bondade em nós (o que não seria possível se ele não existisse). Mas isso significaria que Deus é maior porque pode fazer o bem para nós, o que é bem estranho porque, na concepção teísta, Deus seria tão bom quanto é, mesmo se nós não existíssemos ou nunca viéssemos a existir. Estamos falando da grandeza de Deus e sua existência tem de ser um bem para ele e não para nós. Assim, o teísta continua sem poder apontar um motivo pelo qual existência é uma perfeição. A razão pela qual ele não consegue é que para fazê-lo ele teria que fazer comparações entre seres existentes e não existentes, o que venho argumentando envolver ambiguidades insuperáveis.

Note-se que do fato de não sabermos se existência é ou não uma perfeição segue-se que não sabemos se devemos ou não incluí-la na definição de um Deus perfeito. Contra Descartes, diríamos, não sabemos se consideramos (ou não) existência como parte da essência de Deus. Quanto a Anselmo, a premissa 3 de seu argumento, que afirma que "Deus poderia ser maior do que é" só é verdadeira se a existência for uma perfeição. Se a existência não é uma perfeição, então a afirmação de que "Deus não existe" não nos leva a ter que aceitar que Ele (o ser maior do que o qual nenhum é possível) poderia ser maior do que é. Desse modo, não sabemos se a redução ao absurdo tentada por Anselmo funciona a menos que saibamos que 3 é verdadeira. Venho

---

<sup>8</sup> Para saber mais sobre "noções modais" tais como "mundos possíveis", ver: Murcho, Desidério: *Essencialismo Naturalizado*. Coimbra: Angelus Novus, 2002.

argumentando que não sabemos se existência é ou não uma perfeição, e por isso não sabemos se 3 é verdadeira e, conseqüentemente, não sabemos se a conclusão de Anselmo é verdadeira. Portanto, se dependermos apenas do argumento ontológico, não sabemos se Deus existe.

### **Malcom: um Novo Argumento em Anselmo**

Norman Malcom (2003) acredita haver dois argumentos ontológicos em Anselmo. O primeiro é mais fraco e considera que a existência é uma perfeição. O segundo é mais forte e, embora não considere a existência uma perfeição, considera que a existência necessária o é. O argumento que Malcom considera mais fraco é justamente aquele que discutimos até aqui. Se Malcom está correto, existe uma versão do argumento ontológico que escapa a todas as objeções relacionadas ao fato de a existência ser ou não uma perfeição. Essa formulação seria praticamente a mesma com a diferença que, ao invés de considerar que a existência seja uma perfeição, considera que a existência necessária seja.

Como já vimos, um ser que possui existência necessária é aquele que existe e não poderia não existir. Usando o idioma dos mundos possíveis; um ser que possui existência necessária é aquele que existe em todos os mundos possíveis. Ou seja, não pode haver um modo como as coisas poderiam ser tal que ele não existisse. Mas porque seria uma perfeição de Deus existir em todos os mundos possíveis? Malcom acredita que ao compararmos existentes necessários com existentes contingentes perceberíamos facilmente que Deus seria maior se possuísse a primeira que a segunda. Isso porque ser um existente contingente significa possuir limitações.

Um existente contingente é aquele que não existe em pelo menos um mundo possível. Minha casa é um existente contingente, pois as coisas poderiam ser tais que ela não existiria. Pensemos numa situação onde estou planejando construí-la, porém não encontre pedreiros nem saiba realizar suas funções. Isso pode impedir-me de dar cabo ao projeto e, conseqüentemente, impedir que minha casa venha a existir. Este é um

mundo possível onde ela não existiria e o resultado é que ela depende de outras coisas para vir a existir (pedreiros por exemplo). Uma outra situação possível é aquela em que, logo após construí-la, ela é completamente destruída por um furacão (deixando assim de existir). Aqui, temos um outro mundo possível onde ela não existiria e o resultado é que ela possui uma outra limitação, não é resistente a furacões. Portanto, haver mundos possíveis onde minha casa não existe é uma limitação que ela possui. Com exemplos desse tipo Malcom pretende tornar claro que ser um existente contingente implica possuir limitações. O mesmo ocorreria com Deus que, para não possuir limitações desse tipo, deveria ser um existente necessário. Do que foi dito até aqui teríamos boas razões para considerarmos existência necessária uma perfeição. Ademais para considerá-la como tal, nem precisamos comparar seres existentes com seres inexistentes, bastando comparar existentes contingentes com necessários.

Nesse ponto alguém poderia perguntar como ficaria a nova versão do argumento ontológico. Em sua resposta a Gaunilo, Anselmo afirma que:

Further: even if can be thought of, then certainly it necessarily exists. For no one who denies or doubts that there is something-than-which-a-greater-cannot-be-thought, denies or doubts that, if this being were to exist, it would not be capable of not-existing either actually or in the mind – otherwise it would not be that-than-which-a-greater-cannot-be-thought.<sup>9</sup>

Este trecho claramente dá margem para a interpretação feita por Malcom. O que Anselmo afirma aí é que do mero fato de que Deus poderia não existir (é um existente contingente) segue-se que ele poderia ser maior do que é. Uma vez que Deus é o ser maior do que o qual nenhum é possível, da afirmação de que ele poderia não existir somos levados à afirmação de que “o ser maior do que o qual nenhum é possível é tal que é possível um maior do que ele”. Portanto, dessa vez teríamos, por redução ao absurdo, que Deus necessariamente existe. E assim Malcom acredita que Anselmo provou que “a noção de existência contingente e não-existência contingente não pode

---

<sup>9</sup> Canterbury, Anselmo. “Reply to Gaunilo”. (exertos). Tradução: M. Charlesworth. In: Davis, Brian. *Philosophy of Religion: a guide and anthology*. Oxford University Press: 2000. p. 319.

ter nenhuma aplicação a Deus.” (2008. p.80). É aqui que acredito ter uma sutileza importante.

Por um lado, eu concordo que Malcom tenha tido sucesso em mostrar que existência necessária é uma perfeição em relação à existência e a inexistência contingente<sup>10</sup>, por outro, não concordo que temos razões para atribuir existência necessária a Deus. Malcom acredita poder considerar existência necessária uma perfeição porque o ser que não a possui, possuiria algumas limitações, como poder ser destruído ou ser dependente (lembramos do exemplo da casa). Mas ele obteve esse resultado comparando existentes necessários com existentes contingentes, ignorando completamente os seres impossíveis. Se Deus for um ser impossível, como o quadrado redondo, então ele também não possuiria aquelas limitações apontadas por Malcom. Não dizemos de um ser impossível que ele pode ser destruído, ou que ele deva sua existência a outros seres, afinal, seres que nem sequer podem existir não podem dever sua existência a outros. Portanto, Malcom teria de mostrar porque existência necessária e não *impossível*, deve ser atribuída a Deus. Porque a primeira é uma perfeição em relação a segunda. Do contrário, o máximo que o segundo argumento de Anselmo mostraria é que “ou Deus existe necessariamente ou Ele é um ser impossível”. Para decidir entre ambos ele teria que comparar Deus, quando existe, consigo mesmo, quando não existe, e conferir qual dos dois seria maior. Mas isso exigiria fazer justamente o tipo de comparação que venho argumentando ser problemática.

O teísta poderia ainda reivindicar alguma esperança do fato de eu mesmo ter comparado seres inexistentes com seres existentes quando afirmei que tanto seres necessários como seres impossíveis não possuem as limitações mencionadas por Malcom. Como poderia saber disso se não fizesse comparação entre ambos? Há uma peculiaridade importante nesse ponto. O fato de nem seres necessários nem impossíveis possuírem essas limitações segue-se trivialmente das próprias definições de *ser*

---

<sup>10</sup> Malcom poderia estender sua conclusão também para inexistentes contingentes sem incorrer nas dificuldades em comparar existentes com inexistentes que mencionei anteriormente. Isso, porque há um sentido em que podemos comparar seres existentes com inexistentes, podemos compará-los quando a comparação não envolve mais que o conhecimento da definição das modalidades de existência que se aplicam a eles. No parágrafo seguinte explico isso a partir do exemplo da comparação de seres necessários e impossíveis.

*necessário e impossível*. Por exemplo, um ser impossível é aquele que inexiste em todos os mundos possíveis. Assim, se  $x$  é um ser impossível, não há um mundo possível onde ele exista. Isso significa que ele jamais poderá ser criado (pois não há um modo como as coisas possam ser tal que ele exista) e, se ele nunca será criado, também nunca será destruído. Do mesmo modo, um ser necessário é aquele que existe em todos os mundos possíveis, o que significa que não há um modo como as coisas podem ser tal que ele não exista. Assim, ele jamais pode ser destruído, ou mesmo criado, pois afirmar que um ser necessário foi criado é afirmar que ele não existia antes, o que não é possível. Portanto, eu só preciso saber as definições de ser necessário e impossível para saber que eles não podem ser criados nem destruídos. Ainda, eu não recuso que possamos fazer comparações que envolvam apenas conhecimentos desse tipo.

Concluindo: se por um lado a primeira versão do argumento de Anselmo não consegue concluir mais do que a condicional “se existência for uma perfeição, então Deus existe”, a segunda versão não consegue mais do que a condicional “se existência necessária for uma perfeição, então Deus necessariamente existe”. Uma vez que não vejo razões para considerar existência ou existência necessária uma perfeição, não vejo razões para aceitar qualquer um dos dois. Parece que o único caminho seria formular uma versão que não dependesse de assumir que existência ou existência necessária seja uma perfeição. É justamente isso que Alvin Plantinga fez.

### **Uma Última Tentativa: o Argumento Ontológico de Plantinga**

Imaginem duas pessoas, uma chamada João e outra Pedro. Ambos trabalham em uma central para onde vão doações, de todo país, destinadas a ajudar famílias carentes. A função de cada um deles é separar as doações que chegam e encaminhá-las a essas famílias. Tanto João como Pedro realizam suas funções porque gostam do que fazem. Além disso, os dois jamais se apropriaram de alguma dessas doações, impedindo que pudessem chegar a uma dessas famílias. A diferença entre eles é que Pedro jamais praticaria um ato imoral como desviar para si bens que são destinados a famílias

carentes. De João não podemos dizer o mesmo, pois apesar de ele nunca ter feito, diríamos que é possível (mesmo que remotamente) que ele faça isso (imagine que ele já pensou nisso algumas vezes). Qual dessas pessoas é melhor? Intuitivamente a resposta seria Pedro?

Esse exemplo simples pode ilustrar o ponto principal do argumento de Plantinga. Quando mencionei que João poderia agir de modo imoral em uma dada circunstância, estava dizendo que há um mundo possível onde ele age assim. Há um mundo possível onde João desvia para si bens que são destinados a famílias carentes. O mero fato de haver um mundo possível onde isso ocorre depõe contra ele. Do mesmo modo, o fato de não haver um mundo possível onde Pedro realiza essa ação, depõe a seu favor. Tanto um como outro agem de modo moral atualmente, mas Pedro é melhor porque age moralmente em mais mundos possíveis do que João. Disto podemos concluir que, dentre duas pessoas morais, melhor é aquela que age moralmente em mais mundos possíveis, e *perfeitamente moral* seria aquela que agisse moralmente em todos os mundos possíveis.

Agora pensemos no exemplo de Deus. Ele é o ser que possui a propriedade da máxima grandeza, o ser maior do que o qual nenhum é possível. Possuir essa propriedade significa possuir todas as grandezas (como sabedoria, bondade, etc.) em grau máximo. Por sua vez, como vimos no caso da moralidade, possuir uma grandeza em grau máximo significa possuí-la em todos os mundos possíveis. Se Deus é maximamente grande, então Ele possui sua grandeza em todos os mundos possíveis (cf.2000.p.348). O que nos resta saber é se existe ou não um ser em nosso mundo que possua tal propriedade.

Todos os argumentos ontológicos que vimos até aqui consideram que alguma modalidade de existência é uma perfeição. Plantinga não depende dessa suposição. Ao contrário, ele considera (como Kant) que a existência é uma condição para algo possuir perfeições. Desse modo, algo que não existe não possui perfeições tão bem como não possui imperfeições. Sendo assim, um ser só pode possuir a propriedade da grandeza máxima, que é uma perfeição, se ele existir. Plantinga acredita poder mostrar que existe um ser que a possui.



Em primeiro lugar, ele afirma que não parece ser impossível que exista algo que possua a máxima grandeza. Se assumimos que é possível que algo possua essa propriedade, então assumimos que há um mundo possível em que um ser é maximamente grande. A esse ser chamamos Deus. Entretanto, vimos anteriormente que se algo possui um grau máximo de grandeza, então esse algo a possui em todos os mundos possíveis. Portanto, se existe um mundo possível no qual Deus possui a grandeza máxima, então em todos os mundos Ele possui essa grandeza, incluindo o nosso, que chamamos *mundo efetivo*. Mas, uma vez que Deus possui a grandeza máxima em nosso mundo, Ele existe, pois somente o que existe pode possuir perfeições. Do mero fato de assumirmos a possibilidade de que exista algo que possui grandeza máxima, somos obrigados a assumir que esse algo realmente existe. Assim, Deus existe. Ou será que não?

Acredito que Plantinga comete um erro ao longo de seu raciocínio que nos faz aceitar mais coisas do que precisaríamos. A partir do exemplo de João e Pedro parece ter ficado claro que se algo possui o grau máximo de perfeição em um mundo possível, então deve possuí-lo em todos. Se, no caso de João, não agir moralmente em um mundo possível indicou uma imperfeição, é porque isso nos daria razões para ter desconfianças em relação a ele. Ora, não confiamos plenamente em alguém que *poderia* nos roubar. Mas isso não implica que João, para ser perfeitamente moral, deveria sê-lo em todos os mundos possíveis. Para ser perfeitamente moral, basta que ele seja assim em todos os mundos possíveis onde ele exista. E isso, como veremos, muda tudo.

O fato de João não ser uma pessoa moral em algum mundo possível simplesmente porque nesse mundo possível ele não existiria, não parece depor contra João. Não dizemos que ele é uma pessoa digna de desconfiança porque, se não existisse, não seria uma pessoa moral. Ninguém diria que Bertrand Russell foi, durante a vida, uma pessoa menos moral porque após morrer, não poderia agir moralmente. Para que João seja uma pessoa perfeitamente moral, basta que ele aja moralmente em todas as situações possíveis em que ele existe. Analogamente, para que um ser possua grandeza máxima ele precisa apenas possuí-la em todos os mundos possíveis onde ele existe. Afinal, dizer

que Deus não seria sumamente bom se não existisse não depõe contra ele (lembrando que Plantinga não considera existência uma perfeição). Portanto, podemos concluir, no máximo, que grandeza máxima é uma propriedade essencial de Deus, e não uma propriedade necessária. A diferença entre ambas é que a primeira é aquela que possuímos em todos os mundos possíveis onde existimos enquanto a segunda é aquela que possuímos em todos os mundos possíveis. Somente se Deus fosse um existente necessário poderia ter propriedades necessárias e, conforme argumentei anteriormente contra Malcom, não temos razões para supor que Deus seja um existente necessário. Vejamos como ficaria o argumento de Plantinga após essas considerações.

Se supormos que em algum mundo possível existe um ser que possua a propriedade da grandeza máxima, então devemos aceitar (no máximo) que em todos os mundos possíveis em que esse ser existe ele possui a grandeza máxima. Ainda resta saber se o nosso mundo é um dos mundos possíveis onde esse ser existe, e não há conclusão alguma acerca disso que possamos tirar dos passos anteriores. A conclusão “Deus existe” não segue da verdade das premissas, o que indica que o argumento é inválido.

Desse modo, concluo que Plantinga não tem sucesso em mostrar a existência de Deus. O único meio de ele fazer isso seria alegando que o conceito de existência faz parte do conceito de grandeza máxima, assim como os conceitos de sabedoria ou perfeita bondade. Em outras palavras, ele deveria considerar que existência é uma perfeição e que se dizemos que Deus poderia não existir, então estamos dizendo que ele não possui grandeza máxima. Assim, se algo possui grandeza máxima, deve existir em todos os mundos possíveis. Todavia, isso seria considerar a existência uma perfeição e é justamente isso que argumentei anteriormente que não temos razões para aceitar. O argumento de Plantinga parece ser o mais fraco que vimos até aqui, pois ao não considerar existência (ou existência necessária) uma perfeição, ele sequer alcança uma condicional do tipo “se...então Deus existe”.

## **Conclusão e Consequência para Teístas e Ateístas**

Ao longo desse texto, trabalhei algumas versões diferentes do Argumento ontológico. Defendi que a primeira formulação do argumento de Anselmo, e o argumento de Descartes, carregam o mesmo erro fundamental, tomar como óbvio que existência é uma perfeição. Após trabalhar o argumento de Blackburn, concluí que não sabemos se devemos ou não incluir existência no conceito de um Deus perfeito porque não podemos comparar seres existentes com seres inexistentes. Entretanto, a conclusão não foi a de que Deus não existe, mas apenas que, se dependermos somente do argumento ontológico, nada poderemos concluir sobre isso. Em seguida, vimos que Norman Malcom acredita haver uma formulação mais forte do argumento ontológico de Anselmo. Embora essa segunda versão não considere que existência é uma perfeição, ela considera que existência necessária o é. Essa versão parece ter sucesso em mostrar que se Deus existe, ele não pode ser um existente contingente ou um inexistente contingente. Entretanto, o máximo que ela nos leva a concluir é que “se Deus existe, Ele é um existente necessário”. O problema é que a questão relevante era justamente saber se Deus existe. Malcom não consegue oferecer uma razão pela qual deveríamos incluir o conceito de “existente necessário” e não o de “ser impossível” no conceito de um Deus perfeito. De toda forma, de todas as formulações que foram trabalhadas nesse texto essa é a mais forte, por uma razão que mencionarei um pouco a frente. Por fim, vimos que Plantinga acredita possuir uma versão do argumento ontológico que não precisa considerar que existência é uma perfeição. Todavia, ele nos leva a aceitar mais do que precisaríamos, concluindo que as propriedades de Deus são necessárias quando, no máximo, ele mostrou que são essenciais. Quando desfazemos essa confusão vemos que ele nem sequer tem um argumento válido, ou seja, mesmo que suas premissas sejam verdadeiras, não precisaríamos aceitar que a conclusão o é.

Voltando a Malcom, apesar de ter argumentado que ele não consegue fornecer uma razão pela qual devemos atribuir existência necessária a Deus, ao delimitar a existência de Deus entre necessária e impossível ele fornece um novo argumento ao

teísta. O teísta poderia argumentar que se aceitarmos que é possível que Deus exista necessariamente, então necessariamente Deus existe. Formalizado ficaria:

$$\frac{\Diamond \Box P}{\Box P}$$

Se em algum mundo possível Deus é um existente necessário, então ele existe em todos os mundos possíveis, mas se ele existe em todos os mundos possíveis, então existe em nosso mundo efetivo (que também é um mundo possível). Assim, Deus existe.

Esse argumento é perfeitamente válido, mas validade é tudo o que teísta tem, pois o que argumentei até aqui é justamente que não há razões para considerarmos a premissa verdadeira, não há razões para atribuímos existência necessária a Deus. De toda forma, eu também não pretendia concluir que Deus não existe, mas apenas que a plausibilidade do argumento ontológico depende considerarmos alguma modalidade de existência uma perfeição. O problema é que parece que nem teístas nem ateístas podem dizer nada no que diz respeito a esse ponto, uma vez que o ateísta também não teria razões para supor que existência não seja uma perfeição.

Por fim, o ateísta levaria uma pequena vantagem. Embora ele não possa mostrar que existência não é uma perfeição (assumindo que ela seja uma propriedade), e portanto, que o conceito de Deus não inclui existência, ele pode ainda argumentar a favor da inexistência de Deus por outras vias. O ateísta poderia mostrar, por exemplo, que Deus é um ser impossível porque não poderia haver um ser onipotente, onisciente, etc. sem entrar na questão de existência ser ou não uma perfeição. O teísta, ao contrário, mesmo mostrando que todas essas outras propriedades podem continuar juntas, não poderia, através do argumento ontológico, mostrar que Deus existe. Seja como for, mesmo fracassando em encontrar uma prova *a priori* para existência de Deus, o argumento ontológico continua a ser uma das tentativas mais criativas de responder a uma pergunta que provavelmente já figurou a grande parte da humanidade: será que Deus existe?

## Referências

- BLACKBURN, Simon. "Deus" In: *Pense: uma contagiante introdução à filosofia*. Tradução: António Infante, António Paulo da Costa, Célia Teixeira, Desidério Murcho, Fátima St. Aubyn, Francisco Azevedo e Paulo Ruas. Lisboa: Gradiva, 2001.
- CANTEBURY, Anselmo. "Reply to Gaunilo". (exertos). Tradução: M. Charlesworth. In: Davis, Brian. *Philosophy of Religion: a guide and antology*. Oxford University Press: 2000, pp.318 – 326.
- CANTEBURY, Anselmo. *Proslogion (1077-78)* (exertos). Tradução: M. Charlesworth. In: Davis, Brian. *Philosophy of Religion: a guide and antology*. Oxford University Press: 2000. pp. 311 – 312.
- CHISHOLM, Roderick M. (1972). "Beyond Being and Nonbeing". *Philosophical Studies* 24 (245-257).
- DESCARTES, René (1641). "Meditações". In *Coleção Os Pensadores*. Tradução: J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural e Industrial. 1973.
- GRIM, Patrick (2007) "Argumentos da impossibilidade" In: *Compêndio Cambridge de Ateísmo*. Tradução: Desidério Murcho, Lisboa: Edições 70 (no prelo).
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura (1787)*. Tradução: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- MALCOM, Norman (1960). "Anselm's Two Ontological Arguments". In: Pojman, L. P. *Philosophy of Religion: An Anthology*. Belmont: Wadsworth, 2003. pp. 76 – 86.
- MARMOUTIERS, Gaunilo. *Pro Insipiente*. (exertos). Tradução: M. Charlesworth. In: Davis, Brian. *Philosophy of Religion: a guide and antology*. Oxford University Press: 2000. pp. 313 – 317.
- MURCHO, Desidério (2002). *Essencialismo Naturalizado*. Coimbra: Ângelus Novus- 2002.
- PLANTINGA, Alvin (1975). "Defence of the Ontological Argument". In: Davis, Brian. *Philosophy of Religion: a guide and antology*. Oxford University Press: 2000. pp.342-352.
- ROWE, William L. (2007) *Introdução à Filosofia da Religião*. Trad. Vítor Guerreiro. Revisão científica de Desidério Murcho. Vila Nova de Famalicão: Quasi, no prelo.